

RECURSO ESPECIAL Nº 1.804.619 - DF (2019/0079230-7)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECORRENTE : ABRAMUNDO EDUCACAO EM CIENCIAS LTDA
ADVOGADOS : HEITOR VITOR MENDONÇA FRALINO SICA E OUTRO(S) - SP182193
PEDRO CAETANO DIAS LOURENÇO - SP346041
RECORRIDO : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : GUSTAVO ASSIS DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - DF018489

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado por **Abramundo Educação em Ciências Ltda.** com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, assim ementado (fls. 729/730):

RECURSO DE APELAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. ATO PRATICADO PELO CONTROLADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL. IMPOSIÇÃO DE PENA DE INIDONEIDADE PARA LICITAR. COMPETÊNCIA DA AUTORIDADE IMPETRADA PARA APLICAR A SANÇÃO E DECIDIR PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. CERCEAMENTO DE DEFESA NO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. NÃO CONFIGURAÇÃO. VICIO DE MOTIVAÇÃO NA DECISÃO QUE APRECIOU O PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. INEXISTÊNCIA. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO NÃO INFIRMADA. SEGURANÇA DENEGADA.

1. Nos termos do art. 3º, da Lei Distrital nº 3.105/02, “a Corregedoria-Geral é equiparada, para todos os efeitos, às Secretarias de Estado e seu titular tem as prerrogativas, direitos e vantagens de Secretário de ”, a quem incumbe, em decorrência do que dispõe o art. 109, inciso III, da Lei de Licitações, a Estado análise de pedido de reconsideração formulado em face de decisão que impõe pena de inidoneidade a empresa, que, contratada pela Administração Pública, incorre em grave ofensa contra os princípios da licitação, burlando a competitividade do processo licitatório.

2. Não se evidenciando que o indeferimento de oitiva de testemunhas e de expedições de ofícios no curso do processo administrativo padece de vício de motivação ou de quaisquer dos outros vícios que inquinariam de nulidade o ato administrativo correspondente, há que ser mantida hígida a presunção de sua legitimidade.

3. Sendo evidente que o ato administrativo que apreciou o

pedido de reconsideração expôs motivação pertinente e adequada aos argumentos lançados na petição protocolizada pela parte impetrante no procedimento administrativo, não há como reputá-lo ilegal, sendo obstado, por outro lado, ao Poder Judiciário, no controle de sua legalidade, sem prova pré-constituída de que a fundamentação ali expendida tem por base fatos inexistentes, imiscuir-se no seu mérito, sob pena de afronta ao princípio da separação dos poderes.

4. A proibição de contratar com o Poder Público, sanção preconizada na Lei de Improbidade Administrativa, embora de efeito prático semelhante, não se confunde com a pena de inidoneidade para licitar. Ademais, a independência entre as instâncias civil, criminal e civil-política pode culminar punição em mais de uma esfera pelo mesmo fato.

5. Apelação não provida.

A parte recorrente aponta violação aos arts. 87, § 3º, e 109, § 4º, da Lei n. 8.666/93. Sustenta, em síntese, que a sanção de inidoneidade para contratar com o serviço público foi aplicada por autoridade incompetente.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do recurso especial, nos termos assim resumidos (fl. 905):

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL.

--O Tribunal a que, soberano na análise das circunstâncias fáticas da causa e com base no conjunto probatório dos autos, entendeu que a impetrante não logrou infirmar a presunção de legitimidade do ato administrativo. De sorte que modificar tal conclusão demandada a incursão no acervo fático e probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

--Parecer pela negativa de conhecimento ao recurso especial.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Ao dirimir a controvérsia, a Corte local adotou os seguintes fundamentos (fl. 732):

Não se evidencia a sustentada incompetência da autoridade impetrada.

Com efeito, nos termos do art. 87, § 3º, da Lei de Licitações, incumbe ao Secretário de Estado aplicar a pena de inidoneidade. Por sua vez, a autoridade impetrada goza do referido status, uma vez que, nos termos do art. 3º, da Lei Distrital nº 3.105/02, “a Corregedoria-Geral é equiparada, para todos os efeitos, às Secretarias de Estado e seu titular tem as

prerrogativas, direitos e vantagens de Secretário de Estado”.

Ademais, como decidiu o douto magistrado sentenciante:

“(...) o art. 109, III, da Lei Geral de Licitações e Contratos estabelece hipótese específica de recurso, consistente em pedido de reconsideração, o que, se por um lado afasta o duplo grau de jurisdição administrativa (que não é uma regra absoluta no Direito Administrativo), de outro lado, a lei garantiu que autoridade superior tenha competência para decidir o processo administrativo.

Quanto à alegação de ilegitimidade da autoridade prolatora do ato administrativo, o exame da controvérsia, tal como enfrentada pelas instâncias ordinárias, exigiria a análise de dispositivos de legislação local, pretensão insuscetível de ser apreciada em recurso especial, conforme a Súmula 280/STF (*“Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário.”*).

ANTE O EXPOSTO, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator